

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 08 de julho de 2011.

Edição nº 724

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....	2
Avisos.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos	2
Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contrato e convênios.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
---------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 724

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 347/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PROMOVER

- por merecimento, para o cargo de Procurador de Justiça Substituto, a Dra. NOARA BERNARDY LISBOA, 7ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, ID n.º 3426947 (Edital 094/2011 - PR.00975.00572/2011-4).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de julho de 2011.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,
Promotora-Assessora.

AVISO N.º 40/2011

Cientifico que, o Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA –GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
246-0900/11-7	1495	Brigada Militar de Porto Alegre – 9º BPM	Mobiliário e Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
895-0900/11-2	1447	3º Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar de Passo Fundo	Mobiliário e Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1586-0900/11-6	1498	Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus de Montenegro	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1246-0900/11-4	1480	Conselho Tutelar de Tramandaí	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1876-0900/11-9	1510	Delegacia de Polícia de Ciriaco	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1247-0900/11-7	1481	Prefeitura Municipal de Balneário Píthul – Conselho Tutelar	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 2470/2011

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS no uso de suas atribuições legais resolve **PRORROGAR**, com fulcro no artigo 201 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o prazo para a conclusão da Sindicância, **SPU.PR.01055.00101/2011-3**, por trinta (30) dias úteis, a contar do dia **08 de julho de 2011**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de julho de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,
Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição n° 724

PORTARIA N.º 2472/2011

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS no uso de suas atribuições legais **RESOLVE** publicar esta portaria, para determinar, com fulcro no artigo 203 da Lei Complementar Estadual n° 10.098/94, o **ARQUIVAMENTO** do Procedimento Administrativo de Sindicância, **SPU.PR.01055.00094/2011-0**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de julho de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 348/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

EXONERAR

- a contar de 01 de julho de 2011, o servidor **DANIEL HENRIQUE SALDANHA CAVALCANTE**, ID n.º 3451526, do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste órgão (Port. 2475/2011).

NOMEAR E HABILITAR PARA POSSE

- a contar de 01 de julho de 2011, **DANIEL HENRIQUE SALDANHA CAVALCANTE**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 2476/2011).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, **ALEX TRIGO NAKALSKI**, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o segundo (2º) lugar na Lista da Região Planalto (Port. 2431/2011).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, **MARLON BIBANO RIBEIRO**, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o primeiro (1º) lugar na Lista da Região dos Campos de Cima da Serra (Port. 2438/2011).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, **LEANDRO DA SILVA PEREIRA**, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o primeiro (1º) lugar na Lista da Região do Litoral (Port. 2439/2011).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, **LEANDRO DA SILVA PEREIRA**, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o primeiro (1º) lugar na Lista da Região do Litoral (Port. 2440/2011).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, **DANIELA DE ALMEIDA**, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o primeiro (1º) lugar na Lista da Região Sul (Port. 2441/2011).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, **HENRIQUE MANDAGARA DE SOUZA**, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o primeiro (1º) lugar na Lista da Região Porto Alegre (Port. 2450/2011).

- **CLÁUDIA SILVEIRA DE QUADROS**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 2477/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULAS DE TERMOS ADITIVOS

PROCESSO N.º 2836-09.00/08-9

PREGÃO N.º 08/2009

1º CONTRATO

CONTRATADA: VERSÁTIL SERVIÇOS EMPRESARIAIS E TEMPORÁRIOS LTDA.; **OBJETO:** prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços - AJDG n.º 44/10, que tem por objeto a condução de veículos por 06 (seis) motoristas, por 60 (sessenta) dias, a contar de 28/06/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 7 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

2º CONTRATO

CONTRATADA: VERSÁTIL SERVIÇOS EMPRESARIAIS E TEMPORÁRIOS LTDA.; **OBJETO:** prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços - AJDG n.º 40/10, que tem por objeto a condução de veículos por 12 (doze) motoristas, por 60 (sessenta) dias, a contar de 2-8/06/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 7 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

E RATIFICAÇÃO

PROCESSO: CO.24170

CONTRATADA: ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A; **OBJETO:** renovação das assinaturas anuais da Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, da Revista Zênite de



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 724

Direito Administrativo e LRF - IDAF); **VALOR TOTAL:** R\$ 4.364,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 07/07/2011, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 7 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.24199

CONTRATADA: BSP INFORMÁTICA LTDA.; **OBJETO:** renovação de 04 (quatro) assinaturas anuais de índices do Memorial 7; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.536,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 07/07/2011, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.24177

CONTRATADA: SOCIEDADE BRASILEIRA DE DINÂMICA DE GRUPOS- SBDG; **OBJETO:** inscrição dos servidores Patrícia Cardoso Pinto da Rocha e Gustavo Morteo Eboli no "VII Congresso Brasileiro de Dinâmica de Grupos", incluída a programação pré-congresso, promovido pela Sociedade Brasileira de Dinâmica de Grupos - SBDG, a ser realizado no período de 21 a 23 de setembro do corrente ano, no Centro de Eventos do Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre; **VALOR TOTAL:** R\$ 2.275,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 07/07/2011, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO N.º 1765-09.00/11-6 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/11

No dia 07 de julho de 2011, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA., vencedora do item abaixo:

Item	Descrição e marca	Qtde.	Preço Unitário (MI)
1	Papel A4, marca Chamex	30.000 MI	R\$ 15,90

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.os 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05 e 33/08, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.º 54/02 e Decreto Estadual n.º 42.434/03.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO N.º 616-09.00/11-4 CONVITE N.º 07/11

CONTRATADA: ALFA SUL ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** acréscimo de materiais e serviços ao objeto do Contrato AJDG n.º 25/11; **VALOR TOTAL:** R\$ 966,93; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, alínea b, e § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 036/2011

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:



1) Peça de Informação, nº 00727.00007/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça de Cacequi, com a finalidade de apurar irregularidades em transporte de pacientes em tratamento para outros, em município.

2) Inquérito Civil, nº 00815.00014/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Juliana Maria Giongo, da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo, com a finalidade de verificar eventual ato de improbidade administrativa, em razão de Engenheiro assinar projetos de elaboração de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário em Condomínio, tendo o mesmo assinado a aprovação como agente do Poder Público, em município.

3) Inquérito Civil, nº 00815.00013/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummertz, da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo, com a finalidade de verificar eventual ato de improbidade administrativa, em razão de desvio de vales-transportes em órgão do Poder Público, em município.

4) Inquérito Civil, nº 00899.00020/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Letícia Elsner Pacheco De Sá, da Promotoria de Justiça de São Sepé, com a finalidade de fiscalizar e inspecionar Fundação, em município.

5) Inquérito Civil, nº 00899.00021/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Letícia Elsner Pacheco De Sá, da Promotoria de Justiça de São Sepé, com a finalidade de fiscalizar e inspecionar Fundação, em município.

6) Inquérito Civil, nº 00864.00102/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em escola, referente à professora estar sendo remunerada sem exercer atividade, em município.

7) Inquérito Civil, nº 00864.00103/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de verificar possível mau uso de Centro Social em Vila, em município.

8) Peça de Informação, nº 00732.00039/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar motivos da recusa de implantação de serviço de mototáxi e a possível existência de lei local que permitiria a existência do mesmo, em município.

9) Inquérito Civil, nº 00779.00004/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça São Vicente do Sul, com a finalidade de verificar possível irregularidade em prestação de contas por parte do chefe do Poder Público, em município.

10) Inquérito Civil, nº 00779.00012/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça São Vicente do Sul, com a finalidade de apurar eventual prática de nepotismo junto aos Poderes Executivo e Legislativo, em município.

11) Inquérito Civil, nº 00779.00013/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça São Vicente do Sul, com a finalidade de apurar o

respeito a lei estadual que garante meia-entrada a estudantes e idosos em eventos patrocinados de acordo com a lei de incentivo a cultura ou por órgãos públicos, em município.

12) Inquérito Civil, nº 00779.00014/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça São Vicente do Sul, com a finalidade de apurar possível negligência na cobrança de títulos executivos extrajudiciais oriundos do TCE, em município.

13) Peça de Informação, nº 00779.00017/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça São Vicente do Sul, com a finalidade de apurar possível uso de automóvel pertencente à administração pública para fins particulares, em município.

14) Peça de Informação, nº 00779.00018/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça São Vicente do Sul, com a finalidade de apurar irregularidade na tramitação do procedimento licitatório realizado pelo Poder Executivo, referente ao asfaltamento de ruas e avenida, em município.

15) Peça de Informação, nº 00779.00019/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça São Vicente do Sul, com a finalidade de apurar a deficiência/inexistência de transporte escolar em distrito de município.

16) Inquérito Civil, nº 00783.00038/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Adelaide Brasil Sá Caye, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de apurar eventual ausência de cobrança de débitos do Colendo Tribunal de Contas do Estado.

17) Inquérito Civil, nº 00783.00039/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Adelaide Brasil Sá Caye, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de apurar eventual ausência de cobrança de débitos do Colendo Tribunal de Contas do Estado.

18) Inquérito Civil, nº 00783.00040/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Adelaide Brasil Sá Caye, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de apurar eventual ausência de cobrança de débitos do Colendo Tribunal de Contas do Estado.

19) Inquérito Civil, nº 00783.00041/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Adelaide Brasil Sá Caye, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de apurar eventual ausência de cobrança de débitos do Colendo Tribunal de Contas do Estado.

20) Inquérito Civil, nº 00783.00042/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Adelaide Brasil Sá Caye, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de apurar eventual ausência de cobrança de débitos do Colendo Tribunal de Contas do Estado.

21) Inquérito Civil, nº 00783.00043/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Adelaide Brasil Sá Caye, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de apurar eventual ausência de cobrança de débitos do Colendo Tribunal de Contas do Estado.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 724

22) Inquérito Civil, nº 00783.00047/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Adelaide Brasil Sá Caye, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de apurar eventual ausência de cobrança de débitos do Colendo Tribunal de Contas do Estado.

23) Inquérito Civil, nº 00783.00048/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Adelaide Brasil Sá Caye, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de apurar eventual ausência de cobrança de débitos do Colendo Tribunal de Contas do Estado.

24) Inquérito Civil, nº 00783.00049/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Adelaide Brasil Sá Caye, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de apurar eventual ilegalidade na contratação de serviços de advocacia.

25) Inquérito Civil, nº 00783.00050/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Adelaide Brasil Sá Caye, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de apurar possível improbidade administrativa na confecção de panfletos às expensas de Município.

26) Inquérito Civil, nº 00732.00040/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar possível irregularidade na concessão indevida de aumento a agentes públicos de Município, pelo poder público municipal.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.